

# ETNOGRAFIA E AÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE SABERES



ETHNOGRAPHY AND SOCIAL ACTION IN THE POLITICS  
OF KNOWLEDGE PRODUCTION

Patrícia Pinheiro

Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política | Foz do Iguaçu, Brasil  
patriciasantspinheiro@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-5366-3447

## Resumo

Neste artigo apresento algumas ponderações sobre políticas da produção de saberes a partir da formação de relações mútuas (Sanjek 2015) que se conectam pela questão quilombola. Abordo ações realizadas junto com as comunidades quilombolas do Rincão das Almas e de Mituaçu, respectivamente no extremo sul do Rio Grande do Sul e no litoral sul da Paraíba, considerando também experiências de ensino, pesquisa e extensão elaboradas nesses locais. Foco em especial nas experimentações antropológicas e suas potenciais implicações em termos de produção de conhecimento nas fronteiras entre universidade e comunidades quilombolas e os processos de formação acadêmica relacionados.

## Palavras-chave

Mutualidade; Antropologia engajada; Quilombos; Antropológica.

## Abstract

In this article I present some considerations about the politics of knowledge production based on the formation of mutual relations (Sanjek 2015) that are connected through the quilombola issue. I discuss actions carried out together with the quilombola communities of Rincão das Almas and Mituaçu, respectively in the extreme south of Rio Grande do Sul and on the southern coast of Paraíba, also considering teaching, research and extension experiences developed in these places. I focus in particular on anthropological experiments and their potential implications in terms of knowledge production at the borders between university and quilombola communities and the related academic training processes.

## Keywords

Mutuality; Engaged anthropology; Quilombos; Anthropological.



**T**urma lotada, com estudantes que buscavam a disciplina como um espaço de desconstrução de seus próprios pressupostos. Dos burburinhos anteriores à aula, um silêncio cortante como o frio de Porto Alegre (RS) no inverno tomava conta quando o professor iniciava sua fala. Eu, estudante de mestrado, nas aproximações iniciais com as Ciências Sociais após uma graduação em outra área, ainda tateando na posição de pesquisadora, mas instigada com a forma com que a aula era construída, vivia um misto de insegurança e de estímulo a um pensamento crítico<sup>1</sup>. Na mesma época, para além da vida universitária, participava de uma cooperativa de produção cultural – que acabou por não ter prosseguimento, mas abriu um campo de possibilidades de atuação profissional que resultou na produção executiva de um CD junto a mestres da cultura popular. Com composições do *samba afrogaúcho*, o CD Afro-sul: ancestralidade e gerações foi gravado com músicas inéditas dos Mestres Paraquedas e Paulo Romeu<sup>2</sup>, que trazem em suas canções a história negra do samba no sul do Brasil<sup>3</sup>.

A partir desses vários encontros, deparei-me com a possibilidade de fazer pesquisas junto com comunidades quilombolas do extremo sul brasileiro, em especial São Lourenço do Sul (RS), onde já havia trabalhado no mestrado com agricultores agroecológicos. Em uma complexidade étnico-racial peculiar, trata-se de uma região marcada pela delimitação das identidades entre *colonos* (pomeranos ou alemães), *morenos* (negros) e *brasileiros* (que poderiam designar a mistura entre indígenas, descendentes de portugueses ou outros), debatido em Pinheiro (2015). Chamava-me a atenção a força da imagem construída nessa região - e no RS como um todo - como um local branco e europeizado, apesar da forte presença negra, indígena e de outros grupos<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> A disciplina em questão era “Mediações Culturais no Mundo Rural”, cursada em 2008 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ministrada pelo professor José Carlos dos Anjos. Destaco que este foi o único professor negro que tive entre a graduação e o mestrado.

<sup>2</sup> Projeto vinculado ao Centro Cultural Afro-sul Odomodê, financiado pelo antigo Ministério da Cultura.

<sup>3</sup> Posteriormente, tive o privilégio de trabalhar com a Mestre Sirley Amaro (in memoriam). Habilidade costureira, carnavalesca e contadora de histórias, ela faleceu em 2020, com 84 anos, em Pelotas (RS).

<sup>4</sup> Próximo de Pelotas (um forte polo econômico colonial), esta região fronteiriça estabeleceu colônias de imigrantes teuto a partir de meados

Nesse processo, conhecer lideranças como dona Eva Maria, da comunidade Rincão das Almas – uma das dezenas de comunidades quilombolas da região sul do RS –, marcou o início de uma relação de parceria que tem intercalado desde afetos, conversas e cuidados físicos e espirituais até projetos de extensão e de pesquisa e permitiu estabelecer aproximações e também tensionamentos. Nos anos que se seguiram, os pertencimentos cada vez mais se imbricavam: acadêmica e ativista; oriunda de uma periferia urbana e pesquisadora junto com comunidades quilombolas; Rio Grande do Sul e Paraíba. Tratam-se de ações marcadas pela experiência de ser mulher, de origem suburbana, que se descobriu na fronteira não-branca da categoria *negra da pele clara* (lida em campo de pesquisa como *morena clara*), que iniciou a graduação em um período que o acesso acadêmico teve reconfigurações significativas (2003) e que mobiliza e tem sido mobilizada por pessoas com outras experiências singulares.

Buscar atender no vivido os chamados e anseios que vêm dessas relações tem sido o desafio, a partir do potencial de uma etnografia situada e disposta a adentrar em múltiplas dimensões de vida para além da escrita. Nela, escrevemos, fotografamos, desenhamos, filmamos, fazendo do cotidiano espaço privilegiado de produção de saber, atravessadas pelas inquietações e reflexividades sobre as múltiplas violências com as quais nos deparamos diante de tantas cidadanias limitadas. Nos interstícios do sentir, escutar e refletir, neste breve texto apresento algumas ponderações sobre políticas da produção de saberes a partir do estabelecimento de relações mútuas (Sanjek 2015; Fleischer 2020<sup>5</sup>) junto a comunidades quilombolas, procurando percorrer diferentes possibilidades de abordar saberes situados e corporificados (Haraway 1995).

Abordo neste texto ações realizadas com as comunidades quilombolas do Rincão das Almas e de Mituaçu, respectivamente no extremo sul do Rio Grande do Sul e no litoral sul da Paraíba, considerando também experiências de ensino, pesquisa e extensão em locais mais distantes do eixo sudestino de centros acadêmicos, em especial nas Universidades Federais de Pelotas (UFPel) e da Paraíba (UFPB), nas quais

---

do século XIX. Na época a região já era habitada por diversos grupos sociais, incluindo significativa população escravizada e seus descendentes.

<sup>5</sup> Agradeço à Soraya Fleischer pela sensibilidade na indicação das referências bibliográficas sobre mutualidade.

foram desenvolvidos estágios pós-doutorais<sup>6</sup>. Cada ideia que constrói essas ações tem sido lapidada tanto com estudantes e docentes das respectivas universidades quanto com as comunidades, de modo que façam sentido para a vida cotidiana dessas pessoas<sup>7</sup>.

Início com um olhar sobre processos de formação acadêmica e ações afirmativas em especial na pós-graduação em antropologia, depois dedico algumas linhas para abordar experimentações antropológicas e suas potenciais implicações em termos de produção de conhecimento nas fronteiras entre universidade e comunidades quilombolas.

### **Ensino e formação para a diversidade**

A expansão universitária ocorrida a partir dos anos 2000 no Brasil refletiu sob diferentes aspectos no campo antropológico, como nota Simião (2018). Uma das repercussões ocorreu na distribuição dos novos programas de pós-graduação, que se dispersaram para regiões consideradas periféricas, como Norte e Nordeste, em especial no mestrado. Como parte desse processo de ampliação do ensino superior, as universidades anteriormente mencionadas, da UFPB e da UFPel, possuem cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia, cada um com suas especificidades<sup>8</sup>. No caso da Paraíba, o Bacharelado em Antropologia da UFPB é um dos cursos ofertados no campus localizado no município de Rio Tinto, o que também refletiu o processo de interiorização da universidade. Destaque para a importante presença indígena nessa região paraibana e também dentro da universidade, com estudantes Potiguara e Tabajara<sup>9</sup>. O programa de pós-

---

<sup>6</sup> Trata-se do projeto de pesquisa “Práticas e conhecimentos quilombolas na Paraíba e no Rio Grande do Sul: experimentações de extensão, ensino e pesquisa etnográfica com materiais sensíveis” (Edital Universal CNPq 2018), uma parceria entre UFPB, UFPel e, mais recentemente, a Univ. Federal da Integração Latino Americana (Unila). Os dois locais abrigaram ainda as ações de extensão “Histórias de Quilombo” e, no caso de Mitiuaçu, também o “Observatório Antropológico (UFPB/Unila)”.

<sup>7</sup> As produções audiovisuais dos projetos podem ser acessadas em: [www.antropoeticas.com/](http://www.antropoeticas.com/) e [www.observantropologia.com/conde](http://www.observantropologia.com/conde).

<sup>8</sup> A graduação em Antropologia na UFPB inicia em 2007 e na UFPel no ano seguinte, já o mestrado em 2011 em ambos e o doutorado em 2020 e 2016, respectivamente. Segundo Simião (2018), as pós-graduações em antropologia cresceram de 11 para 21 entre 2004 e 2012 no Brasil.

<sup>9</sup> Como política de permanência indígena, há o Programa de educação tutorial - PET Indígena.

graduação constituído na UFPB (PPGA), abrangendo os campus de Rio Tinto e de João Pessoa, é parte desse processo de descentralização da circulação da produção antropológica, o que se reflete também na diversidade do perfil de estudantes e docentes e das suas pesquisas.

Evidentemente, mesmo com essa descentralização, os centros mais antigos acabam por influenciar de diferentes maneiras os novos programas, seja nas agendas de pesquisa, seja na formação de redes de pesquisa e colaboração, o que aponta para a persistência de certas hierarquias (Simião 2018; Simões 2018). Soma-se a isso o fato de que esse crescimento possibilitou um aumento de vagas docentes, porém principalmente ocupadas por egressos de centros mais tradicionais - além disso, ainda há muito por fazer para contemplar uma maior diversidade no quadro discente e docente dos programas, reforçando a importância da continuidade das ações afirmativas, entendidas como formas de redistribuição que corrigiriam em partes as várias formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, de gênero, de orientação sexual, deficiência ou casta<sup>10</sup>.

Nessa perspectiva, uma maior atenção à questão negra tem sido fomentada pelos estudantes do PPGA, que em 2020 formaram o coletivo Negritudes na Pós - PPGA/UFPB, que iniciou as atividades com um exitoso curso preparatório para ingresso no programa e desde então tem realizado debates sensíveis à questão racial. O coletivo é formado por estudantes negras(os) da pós-graduação, graduação e egressos que nos interpelam sobre a reparação de injustiças em relação aos limites na produção do saber acadêmico e a insuficiente participação de pessoas negras e/ou quilombolas em posições de protagonismo no interior das universidades. Trata-se de importante pauta das lutas antirracistas, ainda mais se considerarmos que a presença da população negra no Brasil não é acompanhada de sua participação em determinados espaços, como a representação política e o ensino.

---

<sup>10</sup> Em consonância com essa necessidade, as ações afirmativas de garantia de acesso por meio de cotas compuseram um percentual de 25% de vagas nas turmas de 2021 no PPGA/UFPB, processo que já perdura alguns anos e é regulado pela Resolução 58 (UFPB 2016). Segundo a Resolução, as ações afirmativas se voltam para “inclusão e permanência de candidatos autodeclarados ou oriundos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais ou pessoas com deficiência”. Para um perfil dos egressos cotistas em universidades públicas brasileiras, ver Venturini e Feres Júnior (2020).

Em termos de acesso, equidade e qualidade do ensino superior, os pontos de atenção são muitos. Além do que já foi mencionado, podem ser listados desde o acolhimento de estudantes negros, as condições para a permanência na universidade e a manutenção, em geral, de um currículo branco a ser revisto nas relações de ensino, que impossibilita o igual direito à história e a ampliação do acesso a diferentes visões de mundo, a novos conceitos e métodos. A atenção à qualidade dos conteúdos produzido dentro e fora das instituições universitárias e escolares está diretamente conectada com esse fator, pensando na circularidade entre formas de ensino, na construção de saberes situados e nas relações de mutualidade entre saberes e campos.

Todavia, seria o ensino superior um local privilegiado para esse tipo de registro, diante de uma tão eminente violência epistêmica? A possibilidade do sujeito em determinar sua própria história residiria no compartilhamento de subjetividades minoritárias ou somente na sua representação em registros textuais e sua ‘incapacidade’ de comunicação pelos meios limitados da universidade? Como as mudanças na composição discente a partir das ações afirmativas podem trazer reconfigurações *dissonantes* ao campo, desde diferentes lugares de enunciação?

Em outra direção, na posição de pesquisadoras, quais histórias tornamos vivas ou opacas? Como elas têm sido narradas? O acontecimento (Deleuze, Parnet 1998) que encontra o texto pode ser o dos grupos étnicos que se posicionam como quilombolas, como será abordado a seguir, mas suas lutas apresentam diversas possibilidades de narração, que refletem a experiência e não se restringem a um fazer ou a um tempo – tanto como “resistência negra” (razão de afirmação) quanto como exposição do desrespeito infligido (razão de reparação). A universidade, nessa relação, não atua para referendar conhecimentos tradicionais ou de grupos considerados como subjetividades minoritárias, o que se argumenta é a necessidade de que se respeite esses saberes orgânicos.

Nesse caminho, uma maior fluidez de trânsito de conhecimento pode permitir não apenas refletir sobre questões prementes aos sujeitos, mas também pensar e construir novas imagens e práticas elaboradas em contextos de diversidade. Da formação acadêmica à produção de conteúdo, a elaboração conjunta de acervos de artefatos e artes quilombolas, cartilhas

ou outras ações demandadas pelas comunidades têm permitido a sensibilização para os saberes, histórias e trajetórias de comunidades quilombolas como reelaborações contemporâneas sobre suas demandas e projetos, produzindo materiais de acordo com as suas especificidades. Um dos efeitos dessa antropologia engajada é a ampliação das possibilidades de pesquisa e inserção dos estudantes, além de instigar o uso de materiais contextualizados em diferentes espaços de aprendizagem<sup>11</sup>.

### **Encontros antropológicos**

Na etnografia contemporânea, já sem as grandes expedições em busca do exótico, Peirano (2014) destaca que o foco recai sobre a potencialidade do estranhamento, da necessidade de examinar por que certos eventos que vivenciamos ou observamos nos surpreendem – é a "dúvida antropológica" de Levi-Strauss. Ou seja, não estamos em campo para confirmar pressupostos e pré-concepções. A possibilidade de se expor ao imprevisível e a questionar certezas permite desvendar novos caminhos que nos ajudem a entender e nos situar no mundo em que vivemos. Estamos falando de dar espaço à criação, que nos move à curiosidade, ao incômodo, a um olhar crítico e também compreensivo.

Peirano destaca que a empiria - acontecimentos, palavras, textos, sentidos - é o material que analisamos, os "fatos etnográficos", e não são apenas dados, mas sim fonte de renovação, com espaço para reconfigurar nossas questões teóricas originais. Nos leva a uma postura de se surpreender sempre e de se autoquestionar. Por isso, indo além de uma distinção entre abstração teórica e pesquisa empírica tão comum na disciplina, para ela, mesmo com as mudanças ao longo do tempo, algumas monografias continuam a nos inspirar não como retratos da realidade, mas como *formulações teórico-etnográficas*. A própria teoria se aprimora com as experiências de campo, com a constante recombinação de métodos.

---

<sup>11</sup> Evidentemente, não se pode ignorar o crescimento de reações conservadoras que colocam em cheque o papel da antropologia na garantia de direitos relacionados à diversidade cultural, os cortes orçamentários e a falta de editais de fomento à pesquisa em Humanidades que podem inviabilizar a continuidade de pesquisas e da formação discente, acrescidas de crescentes intervenções em universidades públicas que ferem sua autonomia.

Entre pesquisas etnográficas, debates e oficinas com materiais visuais e audiovisuais que se voltam para os saberes e trajetórias quilombolas, nas ações aqui mencionadas no Rio Grande do Sul e na Paraíba está presente o compartilhamento de uma relação entre sujeitos gerado por formatos coparticipativos, em que há a negociação de estratégias de ação coincidentes – mesmo que temporariamente – e que extrapolam as delimitações e os tempos de um projeto, seja pela rapidez com que as urgências do presente nos interpelam, seja pela gradual feitura e refeitura de relações a longo prazo, que não finalizam junto com o cronograma estipulado pelas instituições de pesquisa.

Práticas de mutualidade não são novas na disciplina da Antropologia (Sanjek 2015), mas sua importância reside em pôr em cheque o que compreendemos como pesquisa e transforma nosso papel enquanto pesquisadoras. Nos casos em questão, foram inúmeros os direcionamentos na maneira como são conduzidas as atividades de campo, os conteúdos, a seleção das oficinas e os produtos resultantes, assim como as adaptações constantes em termos de temáticas e metodologias<sup>12</sup>. Por outro lado, a participação discente – estes também com suas trajetórias e localizações – tem sido essencial nesses encontros.

Na outra ponta do Brasil, no extremo sul do Rio Grande do Sul, com participação do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS), da UFPel, entre 2018 e 2019 foram realizadas incursões de campo com objetivo de registro das memórias e saberes da comunidade quilombola do Rincão das Almas, no Rio Grande do Sul, assim como suas adaptações e acomodações em atividades culturais, sociais e produtivas relacionadas a este território, por meio de fotobiografias de 14 famílias, a partir de montagens fotobiográficas em especial das mulheres<sup>13</sup>. Através desses entrelaçamentos propomos

---

<sup>12</sup> Como exemplo, na mesma época em que editávamos o vídeo “Gramame, um rio de histórias”, gravado em Mituaçu, junto com a turma de Educação de Jovens e Adultos da escola local, o principal rio que banha a comunidade recebeu alta carga de poluentes. Naquele momento, o projeto, que versava sobre memórias, se voltou para o debate sobre racismo ambiental e o vídeo foi reelaborado a partir das novas ocorrências. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sg9iLI05dtg>.

<sup>13</sup> Com a pandemia, mantivemos contato telefônico e atualmente está sendo elaborada uma caixa composta de fotolivro e outras composições visuais a serem entregues na comunidade, organizada em parceria com o LEPPAIS. Cabe destacar que as comunidades quilombolas estão entre

reconstruir uma ideia do processo histórico de transformação do Rincão, bem como mapear as relações constituídas ao longo do tempo.

Percorremos esses dois universos, do Rincão e de Mituaçu, através de fuxicos<sup>14</sup>, bordados, cordéis, bonecos de papel machê, sabonetes artesanais com plantas locais, papel reciclado, biografias fotográficas. Entre técnica e poética, o trabalho com audiovisual e outras grafias menos lineares que a escrita que estamos acostumadas tem sido mais que um recurso complementar, sim constitutivo dos processos de pesquisa antropológica aqui apresentados, presentes não somente pelo que ‘mostram’ de modo objetivo, mas também pelas texturas, odores, visibilidades, montagens, autorias, sensações, pela receptividade ao caráter experimental do pensamento e pela recusa de um realismo que pode ser considerado ingênuo ao buscar alcançar as coisas em si.

Nas experiências estéticas e éticas materializadas nessas ações, discussões sobre a dilatação de certos estatutos antropológicos são muito provocadas, por um lado, pelas aproximações da poética como catalisadora e constitutiva de pesquisas etnográficas<sup>15</sup> e, por outro, pela infinidade de experimentações compartilhadas e colaborativas – o que não é novidade, mas sim um processo continuamente construído e que demanda renovações metodológicas recorrentes e sempre incompletas. Podemos ver essas duas possibilidades como em um diálogo estreito, reiterando a indivisibilidade entre as dimensões sensível e inteligível na experimentação do mundo e na produção de saber. Ao potencializar esse conjunto de colaborações intelectuais e interesses mútuos entre conhecimentos acadêmicos formais e conhecimentos populares anti-hegemônicos, como resultado temos expressões éticas, poéticas e políticas; somadas a experiências que extrapolem as fronteiras entre pesquisa, ensino, extensão e ação social. Está presente também uma posicionalidade que não se pauta por uma pretensa neutralidade ou objetividade, que explicita a atuação localizada das pesquisadoras e que se apoia na formação de redes de conexão (Haraway 1995).

---

as mais atingidas pela pandemia e em geral bastante desassistidas em termos de políticas de saúde.

<sup>14</sup> Flores feitas de retalhos de tecidos, com o duplo sentido de fofoca. Jocosamente, autodenominamo-nos Fuxiqueiras do Bem.

<sup>15</sup> Na aproximação entre antropologia e poéticas, uma referência, dentre outras, é Lévi-Strauss (1989), que faz uso de procedimentos das artes como operadores estéticos.

Os impulsos de insatisfação crítica que nos mobilizam, a desconfiança constante das nossas crenças, as diferentes interpretações sobre o que é considerado imperfeição nas nossas ações fazem parte dessas aspirações éticas que Segato aponta, em uma antropologia atravessada por temáticas emergentes ligadas à afirmação de direitos de minorias de poder. A autora defende a importância de se considerar a dimensão ética como seu motor e fundamento, no qual a antropologia poderia colaborar no processo de expansão do direito e de articulação entre particularidades e aparatos legais.

Em outra perspectiva, pode-se situar, a partir das reflexões do intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos, o debate sobre saberes orgânicos – biointerativos, a partir de onde povos e comunidades tradicionais se relacionam com a terra - e saberes sintéticos – dos colonialistas, que veem o orgânico mais como matriz de produção do que como matriz de construção: “Os primeiros são os que envolve envolvendo o ser e os sintéticos são os saberes que se desenvolvem desenvolvendo o ter”<sup>16</sup>. Ele destaca ainda a importância de entender os distintos saberes e modos de vida presentes na nossa sociedade, como uma forma de tradução: “É exatamente através do debate das e entre as cosmologias que os pensamentos se envolvem e nos envolvem”, com o lugar como espaço privilegiado para construção de saberes, não em um sentido de fixação, mas sim de ampliação de pontos de vista não hegemônicos.

### **Navegando em etnografias localizadas**

Na Antropologia, com suas especificidades sobre a reflexão sobre as relações entre o “mesmo” e o “Outro” e seu projeto relativista, debate que nos acompanha desde muito, podemos refletir sobre possibilidades para uma antropologia engajada, mútua, compartilhada, colaborativa etc., em um momento em que uma suposta autoridade etnográfica e o pretense lugar intelectual privilegiado de quem tenta falar pelo Outro já foi bastante questionado e que o debate sobre a invenção das culturas já expandiu nossa perspectiva sobre ficção. Trata-se, no entendimento aqui proposto, de uma

---

<sup>16</sup> Ver “Entrevista com Antônio Bispo dos Santos”, por Thiago Mota Cardoso no site *Coletiva*. Disponível em: <https://www.coletiva.org/entrevista-antonio-bispo>. Acesso em: 01/02/2021.

prática disciplinar em que há uma "disponibilidade" para os outros e que é exposta a sua interpelação e sua demanda.

Nesse caminho, a partir da perspectiva de mutualidade reforçada em Sanjek (2015), podemos visualizar essa prática de inúmeras maneiras, desde perpassando projetos de base comunitária até pelo uso de mídias diversas ou publicações compartilhadas, abertas ao inesperado na forma de condução do trabalho de campo, nos tempos de pesquisa e na difusão dos seus resultados. Rompe-se, em certa medida, com direcionamentos pré-modulados a partir dos centros tradicionais e de uma transcendência ou divisão entre sujeito e objeto.

Nesse conflituoso e incerto alargamento da perspectiva sobre quais sujeitos e trajetórias participam da produção do conhecimento e de que modo isso ocorre, há ações que se forjam a partir da transformação do mundo acadêmico de um espaço que reforça hierarquias e lugares de dominação para outras possibilidades voltadas ao tensionamento e à atualização do fazer antropológico no contexto contemporâneo, o que inclui também a participação negra, quilombola, indígena e/ou de estudantes de periferias como estudantes de Antropologia. A partir da compreensão de contextos historicamente situados, trata-se de uma dialética (sem excluir a conversa, mas com observação e interação; controle e constrangimento; escutas e silêncios), que de modo algum se trata de falar pelos outros, mas junto com, a partir do modo como se constroem os engajamentos mútuos. Ações impulsionadas pela insatisfação crítica, reflexo do nosso compromisso ético, e que se propõem também abertas à diversidade e ao inesperado.

Sendo assim, a produção de conhecimento para a diversidade a partir da pesquisa, extensão e ensino estão em circularidade e complementaridade, tendo como base redes de conexões entre universidade, comunidades e movimentos sociais tensionadas pelas próprias mudanças operadas com a descentralização e abertura à diversidade do ensino superior no Brasil. O fortalecimento de mecanismos de entrada e permanência de grupos que são minorias de poder, como as ações afirmativas, permite pensar acesso, qualidade e equidade e também a importância das nossas pesquisas para o compartilhamento de saberes, histórias, críticas e afetos.

**Referências bibliográficas:**

- DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. 1998. *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- FLEISCHER, Soraya. 2020. “A mutualidade como proposta ao fazer antropológico”. *Áltera*, João Pessoa, 3(11): 260-267.
- HARAWAY, Donna. 1995. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, 5: 7-41.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989. “A ciência do concreto”. Em: Claude Lévi-Strauss. *Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus Editora. p. 15-51.
- PEIRANO, Marisa. 2014. “Etnografia não é método”. *Horizontes Antropológicos*, 20(42): 377-391.
- PINHEIRO, Patrícia dos Santos. 2015. *Políticas de Identificação: Dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnicas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB. Resolução n. 58, 2016, do Consepe/UFPB. Dispõe sobre ações afirmativas na Pós-Graduação Stricto Sensu na UFPB.
- SANJEK, Roger (Org.). 1990. *Fieldnote: The makings of anthropology*. Ithaca: Cornell University Press.
- SEGATO, Rita Laura. 2006. “Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais”. *Mana*, 12(1): 207-236.
- SIMIÃO, Daniel S. 2018. “Introdução”. Em: Daniel Simião & Bela Feldman-Bianco (Org.). *O campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA Publicações. p. 9-28.
- SIMÕES, Júlio Assis. 2018. “A dinâmica do campo: Temas, tendências e desafios”. In: Daniel Simião & Bela Feldman-Bianco (Org.). *O campo da Antropologia no Brasil. Retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA Publicações. p. 57-82.

VENTURINI, Anna C. & FERES JÚNIOR, João. 2020.  
Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das  
universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177): 882-  
909.

Enviado: 02 de março de 2021  
Aceito: 24 de maio de 2021